

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
Total	1.125.427
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	06/04/2020	Dividendo		Ordinária		377,00928

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	12.492.711	9.827.825
1.01	Ativo Circulante	4.117.546	2.013.611
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.064.435	74.323
1.01.02	Aplicações Financeiras	754.303	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	754.303	0
1.01.02.01.03	Título e Valores Mobiliários	754.303	0
1.01.03	Contas a Receber	1.279.813	1.339.776
1.01.03.01	Clientes	1.279.813	1.339.776
1.01.04	Estoques	23.212	24.628
1.01.06	Tributos a Recuperar	94.517	76.226
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	94.517	76.226
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	8.540	3.112
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	85.977	73.114
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.260	14.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	887.006	483.670
1.01.08.03	Outros	887.006	483.670
1.01.08.03.01	Ativo financeiro Setorial	47.634	341.901
1.01.08.03.02	Outros Créditos	203.640	127.603
1.01.08.03.03	Derivativos	635.732	14.166
1.02	Ativo Não Circulante	8.375.165	7.814.214
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.341.537	4.740.146
1.02.01.04	Contas a Receber	109.806	127.151
1.02.01.04.01	Clientes	109.806	127.151
1.02.01.07	Tributos Diferidos	222.908	418.747
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	222.908	418.747
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.008.823	4.194.248
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	117.562	117.494
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	91.204	88.691
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	4.277.870	3.801.382
1.02.01.10.07	Outros Créditos	1.111	672
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	518.511	183.444
1.02.04	Intangível	3.033.628	3.074.068
1.02.04.01	Intangíveis	3.033.628	3.074.068
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.518.570	2.628.911
1.02.04.01.03	Ativo contratual	515.058	445.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	12.492.711	9.827.825
2.01	Passivo Circulante	3.861.326	1.597.155
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.945	32.248
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.945	32.248
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	39.760	32.206
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	1.185	42
2.01.02	Fornecedores	702.239	783.901
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	702.239	783.901
2.01.03	Obrigações Fiscais	227.878	184.456
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	162.078	103.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	27.452
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	25.815	9.715
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	119.425	44.929
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	2.783	9.323
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	14.055	12.539
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	65.800	80.498
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	65.800	80.498
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.128.480	259.247
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.994.419	242.854
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	98.566	128.741
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.895.853	114.113
2.01.04.02	Debêntures	134.061	16.393
2.01.05	Outras Obrigações	761.784	337.303
2.01.05.02	Outros	761.784	337.303
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	424.296	0
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	9.967	59.087
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	327.521	278.216
2.02	Passivo Não Circulante	4.547.565	4.280.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.815.802	3.582.543
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.562.923	2.202.148
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.078.146	695.730
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.484.777	1.506.418
2.02.01.02	Debêntures	1.252.879	1.380.395
2.02.02	Outras Obrigações	541.863	493.463
2.02.02.02	Outros	541.863	493.463
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	161.694	177.506
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	109.375	1.119
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	101.200	166.471
2.02.02.02.08	Fornecedor	169.594	148.247
2.02.02.02.09	Derivativos	0	120
2.02.04	Provisões	189.900	204.044
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	186.487	191.019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	21.463	25.747
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	83.033	84.546
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	81.991	80.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.02	Outras Provisões	3.413	13.025
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	3.044	12.656
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	4.083.820	3.950.620
2.03.01	Capital Social Realizado	2.820.677	2.809.820
2.03.02	Reservas de Capital	184.819	195.676
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	184.819	195.676
2.03.04	Reservas de Lucros	660.294	1.084.590
2.03.04.01	Reserva Legal	151.569	151.569
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	424.296
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	450.356	450.356
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	534.154	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-116.124	-139.466

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.965.483	5.722.454	1.974.905	5.884.500
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.527.094	-4.516.481	-1.580.144	-4.654.796
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.117.012	-3.300.930	-1.187.939	-3.571.421
3.02.02	Custo de Operação	-172.991	-515.465	-164.325	-480.635
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-237.091	-700.086	-227.880	-602.740
3.03	Resultado Bruto	438.389	1.205.973	394.761	1.229.704
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-153.948	-484.094	-185.190	-495.857
3.04.01	Despesas com Vendas	-55.726	-192.341	-59.407	-180.030
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-68.864	-195.712	-90.382	-221.738
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.358	-96.041	-35.401	-94.089
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	284.441	721.879	209.571	733.847
3.06	Resultado Financeiro	-49.779	-3.837	-28.040	-89.978
3.06.01	Receitas Financeiras	27.639	187.246	51.774	138.747
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.418	-191.083	-79.814	-228.725
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	234.662	718.042	181.531	643.869
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.994	-183.888	-68.971	-234.991
3.08.01	Corrente	0	0	-18.937	-110.984
3.08.02	Diferido	-10.994	-183.888	-50.034	-124.007
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	223.668	534.154	112.560	408.878
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	223.668	534.154	112.560	408.878
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	198,74000	474,62000	100,02000	363,31000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	223.668	534.154	112.560	408.878
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-17.651	23.342	-3.664	-8.662
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-1.253	10.911	-1.843	-5.512
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários	-16.398	12.431	-1.821	-3.150
4.03	Resultado Abrangente do Período	206.017	557.496	108.896	400.216

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.195.186	948.263
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.173.619	1.146.665
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	718.042	643.868
6.01.01.02	Amortização	289.572	263.258
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	65.953	60.083
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhista e regulatórios	34.206	49.055
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualização monetárias e cambiais	-694	68.282
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	10.935	8.387
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	55.605	53.732
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	184.518	51.325
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	11.248	-110.360
6.01.02.02	Tributos a compensar	-20.539	20.625
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	1.863	2.230
6.01.02.05	Ativo Fiançeiro Setorial	313.056	-18.040
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	-19.365	27.322
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	-88.014	25.998
6.01.02.09	Fornecedores	-60.314	183.840
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-9.147	-10.250
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	91.005	-42.691
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	71.089	-9.530
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-49.120	25.891
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-61.640	-72.168
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	-39.957	7.431
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	44.353	21.027
6.01.03	Outros	-162.951	-249.727
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-135.020	-128.436
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-27.931	-121.291
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.430.118	-597.855
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-757.945	6.922
6.02.03	Adições do intangível	-405	0
6.02.04	Adições de ativo contratual	-671.768	-604.777
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.225.044	-462.878
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-259.043	-966.787
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	1.448.326	890.316
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	35.761	-24.481
6.03.04	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	0	-289.607
6.03.05	Operações de mútuo com a controladora	0	-72.319
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	990.112	-112.470
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.323	245.073
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.064.435	132.603

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.809.820	195.676	1.084.590	0	-139.466	3.950.620
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.857	-10.857	-424.296	0	0	-424.296
5.04.01	Aumentos de Capital	10.857	-10.857	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo intermediário	0	0	-424.296	0	0	-424.296
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.154	23.342	557.496
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	534.154	0	534.154
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.342	23.342
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	12.431	12.431
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	10.911	10.911
5.07	Saldos Finais	2.820.677	184.819	660.294	534.154	-116.124	4.083.820

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.714	-21.714	-155.688	-168.500	0	-324.188
5.04.01	Aumentos de Capital	21.714	-21.714	0	0	0	0
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-155.688	0	0	-155.688
5.04.09	Dividendo intermediário	0	0	0	-168.500	0	-168.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	408.878	-8.663	400.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	408.878	0	408.878
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.663	-8.663
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-3.150	-3.150
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-5.513	-5.513
5.07	Saldos Finais	2.809.820	195.676	629.094	240.378	-71.665	3.803.303

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	9.210.094	9.594.047
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.576.482	9.051.728
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	699.565	602.402
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-65.953	-60.083
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.732.028	-4.944.687
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.655.223	-3.939.336
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-897.388	-806.532
7.02.04	Outros	-179.417	-198.819
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.478.066	4.649.360
7.04	Retenções	-290.849	-264.399
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-251.774	-225.324
7.04.02	Outras	-39.075	-39.075
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-39.075	-39.075
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.187.217	4.384.961
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	194.123	147.249
7.06.02	Receitas Financeiras	194.123	147.249
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.381.340	4.532.210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.381.340	4.532.210
7.08.01	Pessoal	241.091	235.446
7.08.01.01	Remuneração Direta	137.307	138.576
7.08.01.02	Benefícios	94.567	87.864
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.217	9.006
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.381.950	3.634.480
7.08.02.01	Federais	1.361.421	1.645.842
7.08.02.02	Estaduais	2.019.497	1.987.471
7.08.02.03	Municipais	1.032	1.167
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	224.145	253.406
7.08.03.01	Juros	199.370	235.874
7.08.03.02	Aluguéis	24.775	17.532
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	534.154	408.878
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	534.154	408.878

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 Meses		
	2020	2019	%	2020	2019	%
Receita operacional bruta	3.151.780	3.266.701	-3,5%	9.276.047	9.654.130	-3,9%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.262.249	2.311.991	-2,2%	6.951.903	7.008.080	-0,8%
Suprimento de energia elétrica	139.656	209.245	-33,3%	428.429	626.388	-31,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	236.930	227.690	4,1%	699.565	602.402	16,1%
Outras receitas operacionais	490.423	462.334	6,1%	1.412.487	1.356.529	4,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	22.522	55.442	-59,4%	(216.336)	60.731	-456,2%
Deduções da receita operacional	(1.186.297)	(1.291.797)	-8,2%	(3.553.593)	(3.769.630)	-5,7%
Receita operacional líquida	1.965.483	1.974.905	-0,5%	5.722.454	5.884.500	-2,8%
Custo com energia elétrica	(1.117.012)	(1.187.939)	-6,0%	(3.300.930)	(3.571.421)	-7,6%
Energia comprada para revenda	(849.303)	(995.636)	-14,7%	(2.696.570)	(3.007.278)	-10,3%
Encargo de uso do sist transm distrib	(267.709)	(192.303)	39,2%	(604.360)	(564.143)	7,1%
Custos e despesas operacionais	(564.030)	(577.395)	-2,3%	(1.699.645)	(1.579.232)	7,6%
Pessoal	(80.005)	(79.800)	0,3%	(238.575)	(239.144)	-0,2%
Entidade de previdência privada	(3.648)	(3.375)	8,1%	(10.935)	(8.387)	30,4%
Material	(16.435)	(18.349)	-10,4%	(50.287)	(50.738)	-0,9%
Serviço de terceiros	(62.815)	(65.975)	-4,8%	(190.950)	(195.495)	-2,3%
Amortização	(97.881)	(90.592)	8,0%	(289.571)	(263.258)	10,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(236.930)	(227.690)	4,1%	(699.565)	(602.402)	16,1%
Outros	(66.315)	(91.615)	-27,6%	(219.763)	(219.809)	0,0%
Resultado do serviço	284.441	209.571	35,7%	721.879	733.847	-1,6%
Resultado financeiro	(49.779)	(28.040)	77,5%	(3.837)	(89.979)	-95,7%
Receitas financeiras	27.639	51.774	-46,6%	187.246	138.746	35,0%
Despesas financeiras	(77.418)	(79.813)	-3,0%	(191.083)	(228.725)	-16,5%
Resultado antes dos tributos	234.662	181.531	29,3%	718.042	643.868	11,5%
Contribuição social	(2.890)	(17.160)	-83,2%	(48.632)	(61.408)	-20,8%
Imposto de renda	(8.104)	(51.811)	-84,4%	(135.256)	(173.583)	-22,1%
Resultado Líquido do Período	223.668	112.560	98,7%	534.154	408.878	30,6%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	223.668	112.560	98,7%	534.154	408.878	30,6%
EBITDA	382.322	300.163	27,4%	1.011.450	997.105	1,4%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 3.151.780 apresentando, redução de 3,5% (R\$ 114.921) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.914,850, apresentando redução de 4,1% (R\$ 124.161) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 2,2% (R\$ 49.742), explicado pela: (i) redução de 2,5% (R\$ 57.839) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), impactada principalmente pelos efeitos das medidas restritivas adotados pelas autoridades para contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19) compensado pelo (ii) aumento de 0,4%(R\$ 8.097) no preço médio no período;
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 33,3% (R\$ 69.589) explicada principalmente por: (i) pela redução de energia elétrica comercializada no curto prazo (operações realizadas na CCÉE) em (R\$ 66.957), em função da queda no volume de energia comercializado, associado a redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças ("PLD"); (ii) redução em concessionárias e permissionárias em (R\$ 2.616);
- iii. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 59,4% (R\$ 32.919), basicamente pela redução do saldo de ativos com destaque em: (i) constituição em custo de energia, CDE e outros itens tarifários (R\$ 106.792); compensado pelo aumento em: (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 73.872).

Comentário do Desempenho

- iv. **Outras receitas operacionais:** aumento de 6,1% (R\$ 28.089), basicamente pelo aumento em: (i) receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) (R\$ 44.702); (ii) atualização do ativo financeiro da concessão em (R\$ 24.900), decorrente da variação do indexador (IPCA); (iii) Compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 7.469); (iv) arrendamentos e alugueis (R\$ 3.129); compensado pela redução em: (v) subsídios tarifários (R\$ 33.784); (vi) outras receitas e rendas (R\$ 15.508), principalmente pelo reconhecimento de precatórios em 2019 e (vii) serviços taxados (R\$ 2.824)

Quantidade de Energia Vendida

No 3º trimestre de 2020, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -3,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Apesar do bom desempenho da classe residencial no 3º trimestre, as classes comercial, industrial e poder público foram impactadas pelos reflexos da crise sanitária mundial causada pela Covid-19. As medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos, além da redução da produção industrial. Com isso, houve um impacto significativo sobre o consumo de energia elétrica no período.

O consumo da classe residencial representa 44,0% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de +7,1% no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete o incremento da quantidade de unidades consumidoras e um calendário de faturamento positivo quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 13,0% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -14,9% no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Além dos impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, esse desempenho também reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 11,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -18,8% no 3º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Além dos impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, esse desempenho também reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 31,4% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -4,8% no 3º trimestre de 2020 devido a resultados negativos nas classes poder público (queda de -24,3%) e permissionárias (queda de -5,0% causada principalmente por reduções em contratos de compra e venda de energia).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -2,9% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresentou crescimento na classe residencial de +7,1% e queda nas classes comercial de -11,5% e industrial de -7,4%. As demais classes de consumo apresentaram resultado negativo de -3,6%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2020 foram de R\$ 1.186.297, apresentando uma redução de 8,2% (R\$ 105.500) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelas reduções em: (i) bandeiras tarifárias em (R\$ 52.725); (ii) redução na quota de CDE em (R\$ 32.756); (iii) redução de ICMS, PIS e COFINS (R\$ 17.548), em função da redução da base de cálculo; e (iv) PROINFA (R\$ 2.080).

Comentário do Desempenho

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 1.117.012, redução de 6,0% (R\$ 70.926) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta redução deve-se basicamente a:

Energia comprada para revenda: redução de 14,7% (R\$ 146.331) em função da: (i) redução no preço médio de compra em 4,4% (R\$ 107.094), justificado principalmente pela redução do PLD no período, compensado pelo aumento na energia de Itaipu em função do aumento do dólar no 3º trimestre de 2020 e aumento na tarifa a partir de jan/20 e pela (ii) redução de 10,8% (R\$ 39.237) no volume de energia comprada.

Encargos do uso do sistema de distribuição: aumento de 39,2% (R\$ 75.405), impactado principalmente pelo aumento em: (i) encargos de rede básica (R\$ 47.280), em função dos reajustes tarifários e novas instalações das transmissoras; (ii) encargo de energia de reserva (R\$ 17.042), provisionamento de custo maior pelo saldo da CONER estar em patamares menores; (iii) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 7.186); (iv) encargos de conexão (R\$ 6.287); (v) encargos de transporte itaipu (R\$ 5.835); compensado parcialmente por: (vi) créditos de PIS/COFINS (R\$ 7.686).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 564.030 no 3º trimestre de 2020, apresentando uma redução 2,3% (R\$ 13.365) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 327.099, apresentando uma redução de 6,5% (R\$ 22.607), justificado basicamente pelos seguintes itens:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 3º trimestre de 2020 foram de R\$ 229.218, uma redução de 11,5% (R\$ 29.895) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Material:** redução de 10,4% (R\$ 1.915), basicamente pela redução em: (i) Reposição-manutenção de linhas e redes (R\$ 1.008); (ii) manutenção da frota (R\$ 322); (iii) ferramentas e equipamentos (R\$ 274); e (iv) reposição-operação e manutenção máquinas e equipamentos (R\$ 252);
- **Serviço de terceiros:** redução de 4,8% (R\$ 3.160), basicamente pela redução em: (i) outros serviços terceirizados (R\$ 1.973); (ii) entrega de fatura/cobrança de fatura (R\$ 1.031); (iii) poda de árvores (R\$ 911); (iv) viagens (R\$ 798); compensado pelo aumento em: (v) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.440);
- **Outros:** redução de 27,6% (R\$ 25.299), basicamente pela redução em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 13.684); (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 8.176) devido a negociações de dívidas de poder público e hospitais e execução de cortes por inadimplência; (iii) perda com baixa na desativação de ativos (R\$ 5.784); (iv) taxa de arrecadação (R\$ 721); (v) propaganda e publicidade, brindes e patrocínios (R\$ 438); compensado pelo aumento em: (vi) arrendamentos e alugueis (R\$ 3.499).

- **Amortização (inclui intangível de concessão)**

A amortização do 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 97.881, aumento de 8,0% (R\$ 7.290) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 3º trimestre de 2020 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 49.779, aumento de 77,5% (R\$ 21.740) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é explicada basicamente:

- i. **Receitas financeiras:** redução de 46,6% (R\$ 24.135), principalmente pela redução em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 13.675), sendo as principais variações: (i.a) ajustes dos valores justos (R\$19.528); compensado por (i.b) atualização monetária de faturas e parcelamentos (R\$ 5.830); (ii) atualização do ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 9.578); (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 4.073); (iv) atualização de créditos fiscais (R\$ 1.480); (v) atualização de depósitos judiciais (R\$ 607); compensado parcialmente pelo aumento em: (vi) rendas de aplicações financeiras (R\$ 4.986) e (vi) deságio na aquisição de créditos de ICMS (R\$ 451).
- ii. **Despesas financeiras:** redução de 3,0% (R\$ 2.395), principalmente pelas reduções em: (i) encargos de dívida, atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 11.152); (ii) negociações e parcelamento de débitos (R\$ 10.382); compensado pelo aumento em: (iii) outras atualizações (R\$ 15.248), principalmente pelo aumento na atualização dos passivos relacionados ao despacho 288; (iv) atualização de processos contingenciados (R\$ 1.743); (v) atualização de subsídios concedidos (R\$ 1.047); e (vi) outras despesas (R\$ 1.075).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 10.994, apresentando uma redução de 84,1% (R\$ 57.977) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nas explicações apresentadas, a Companhia apurou no 3º trimestre de 2020 um lucro líquido de R\$ 223.668, uma redução de 98,7% (R\$ 111.107), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 382.322, apresentando um aumento de 27,4% (R\$ 82.159) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.064.435	74.323
Títulos e valores mobiliários	6	754.303	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.279.813	1.339.776
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	8.540	3.112
Outros tributos a compensar	8	85.977	73.114
Derivativos	31	635.732	14.166
Ativo financeiro setorial	9	47.634	341.901
Estoques		23.212	24.628
Outros ativos	12	217.900	142.591
Total do circulante		4.117.546	2.013.611
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	109.806	127.151
Depósitos judiciais	21	117.562	117.494
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	8	91.204	88.691
Derivativos	31	518.511	183.444
Créditos fiscais diferidos	10	222.908	418.747
Ativo financeiro da concessão	11	4.277.870	3.801.382
Outros ativos	12	1.111	672
Ativo contratual	13	515.058	445.157
Intangível	14	2.518.570	2.628.911
Total do não circulante		8.375.166	7.814.214
Total do ativo		12.492.711	9.827.825

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	15	702.239	783.901
Empréstimos e financiamentos	16	1.994.419	242.854
Debêntures	17	134.061	16.393
Entidade de previdência privada	18	1.185	42
Taxas regulamentares	19	9.967	59.087
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	27.452
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	227.878	157.004
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	424.296	-
Obrigações estimadas com pessoal		39.760	32.206
Outras contas a pagar	22	327.521	278.217
Total do circulante		3.861.326	1.597.156
Não circulante			
Fornecedores	15	169.594	148.247
Empréstimos e financiamentos	16	2.562.923	2.202.148
Debêntures	17	1.252.879	1.380.395
Entidade de previdência privada	18	161.694	177.506
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	189.901	204.044
Derivativos	31	-	120
Passivo financeiro setorial	9	109.375	1.119
Outras contas a pagar	22	101.201	166.471
Total do não circulante		4.547.565	4.280.050
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		2.820.677	2.809.820
Reserva de capital		184.819	195.676
Reserva legal		151.569	151.569
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		450.356	450.356
Dividendo não distribuído		11.479	11.479
Dividendo		-	424.296
Resultado abrangente acumulado		(116.124)	(139.466)
Lucros acumulados		534.154	-
Total do patrimônio líquido		4.083.820	3.950.620
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.492.711	9.827.825

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020		2019	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	25	1.965.483	5.722.454	1.974.905	5.884.500
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	26	(1.117.012)	(3.300.930)	(1.187.939)	(3.571.421)
Custo com operação	27	(172.991)	(515.465)	(164.325)	(480.635)
Amortização		(75.105)	(221.380)	(67.848)	(203.377)
Outros custos com operação		(97.886)	(294.085)	(96.477)	(277.258)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(237.091)	(700.086)	(227.880)	(602.740)
Lucro operacional bruto		438.389	1.205.973	394.761	1.229.704
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(55.726)	(192.341)	(59.407)	(180.030)
Amortização		(1.285)	(3.591)	(732)	(2.076)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(11.803)	(65.953)	(19.979)	(60.083)
Outras despesas com vendas	27	(42.638)	(122.797)	(38.696)	(117.871)
Despesas gerais e administrativas		(68.864)	(195.712)	(90.382)	(221.738)
Amortização		(8.466)	(25.526)	(8.987)	(18.730)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(60.398)	(170.186)	(81.395)	(203.008)
Outras despesas operacionais		(29.358)	(96.041)	(35.401)	(94.089)
Amortização de intangível da concessão		(13.025)	(39.075)	(13.025)	(39.075)
Outras despesas operacionais	27	(16.333)	(56.966)	(22.376)	(55.014)
Resultado do serviço		284.441	721.879	209.571	733.847
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		27.639	187.246	51.774	138.746
Despesas financeiras		(77.418)	(191.083)	(79.813)	(228.725)
		(49.779)	(3.837)	(28.040)	(89.979)
Lucro antes dos tributos		234.662	718.042	181.531	643.868
Contribuição social	10	(2.890)	(48.632)	(17.160)	(61.408)
Imposto de renda	10	(8.104)	(135.256)	(51.811)	(173.583)
		(10.994)	(183.888)	(68.971)	(234.991)
Lucro líquido do período		223.668	534.154	112.560	408.878
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	198,74	474,62	100,02	363,31

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>3° Trimestre</u>	<u>9 meses</u>	<u>3° Trimestre</u>	<u>9 meses</u>
Lucro líquido do período	223.668	534.154	112.560	408.878
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(1.253)	10.911	(1.843)	(5.512)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	(16.398)	12.432	(1.821)	(3.150)
Resultado abrangente do período	<u>206.017</u>	<u>557.496</u>	<u>108.896</u>	<u>400.216</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.809.820	195.676	151.569	46.890	450.356	11.479	424.296	(139.466)	-	3.950.620
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	534.154	534.154
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	12.432	-	12.432
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	10.911	-	10.911
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital social	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intermediário - AGE de 06/04/2020 (nota 22.2)	-	-	-	-	-	-	(424.296)	-	-	(424.296)
Saldo em 30 de setembro de 2020	2.820.677	184.819	151.569	46.890	450.356	11.479	-	(116.124)	534.154	4.083.820

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.788.106	217.390	120.369	46.890	450.356	11.479	155.688	(63.002)	-	3.727.276
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	408.878	408.878
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(3.150)	-	(3.150)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(5.512)	-	(5.512)
Transações de capital com os acionistas										
Aumento de capital social	21.714	(21.714)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	(155.688)	-	-	(155.688)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(168.500)	(168.500)
Saldo em 30 de setembro de 2019	2.809.820	195.676	120.369	46.890	450.356	11.479	-	(71.664)	240.378	3.803.303

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Lucro antes dos tributos	718.042	643.868
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	289.572	263.258
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	34.206	49.055
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.953	60.083
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(694)	68.282
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	10.935	8.387
Perda (ganho) na baixa de não circulante	55.606	53.732
	1.173.619	1.146.665
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	11.248	(110.360)
Tributos a compensar	(20.539)	20.625
Depósitos judiciais	1.863	2.230
Ativo financeiro setorial	313.056	(18.040)
Contas a receber - CDE	(19.365)	27.322
Outros ativos operacionais	(88.014)	25.998
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(60.314)	183.840
Outros tributos e contribuições sociais	71.089	(9.530)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(9.147)	(10.250)
Taxas regulamentares	(49.120)	25.891
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(61.640)	(72.168)
Passivo financeiro setorial	91.005	(42.691)
Contas a pagar - CDE	(39.957)	7.431
Outros passivos operacionais	44.353	21.027
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.358.137	1.197.990
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(135.020)	(128.436)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.931)	(121.291)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.195.186	948.263
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(758.408)	(283)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	463	7.207
Adições de ativo contratual	(671.768)	(604.777)
Adições de Intangível	(405)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(1.430.118)	(597.853)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	1.448.326	890.316
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(259.043)	(966.787)
Liquidação de operações com derivativos	35.761	(24.481)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(289.607)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(72.319)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	1.225.044	(462.879)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	990.112	(112.470)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	74.323	245.073
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.064.435	132.603

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	9 meses 2020	9 meses 2019
1 - Receita	9.210.094	9.594.047
1.1 Receita de venda de energia e serviços	8.576.482	9.051.728
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	699.565	602.402
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.953)	(60.083)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.732.028)	(4.944.687)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.655.223)	(3.939.336)
2.2 Material	(394.278)	(368.068)
2.3 Serviços de terceiros	(503.110)	(438.465)
2.4 Outros	(179.417)	(198.819)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	4.478.066	4.649.360
4 - Retenções	(290.849)	(264.399)
4.1 Amortização	(251.773)	(225.324)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(39.075)	(39.075)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	4.187.217	4.384.961
6 - Valor adicionado recebido em transferência	194.123	147.249
6.1 Receitas financeiras	194.123	147.249
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	4.381.340	4.532.210
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	241.091	235.446
8.1.1 Remuneração direta	137.307	138.576
8.1.2 Benefícios	94.568	87.864
8.1.3 F.G.T.S	9.217	9.006
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.381.950	3.634.479
8.2.1 Federais	1.361.421	1.645.842
8.2.2 Estaduais	2.019.497	1.987.471
8.2.3 Municipais	1.032	1.167
8.3 Remuneração de capital de terceiros	224.145	253.407
8.3.1 Juros	199.370	235.874
8.3.2 Aluguéis	24.775	17.532
8.4 Remuneração de capital próprio	534.154	408.878
8.4.1 Lucros retidos	534.154	408.878
	4.381.340	4.532.210

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,0 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;

Notas Explicativas

- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e está efetuando o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada

Notas Explicativas

aos valores a serem homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário quitação da referida operação.

Em julho de 2020 Companhia declarou suas necessidades por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Até 30 de setembro de 2020, os valores foram homologados pela ANEEL e os repasses referentes a julho, agosto e setembro foram efetuados pela CCEE, conforme o cronograma apresentado pela Companhia, no montante de R\$ 187.724. Os valores relativos aos meses posteriores, declarados pela Companhia dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 885/20, totalizando R\$ 53.693, serão homologados e repassados até janeiro de 2021, conforme cronograma estabelecido pela Agência reguladora.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas informações contábeis intermediárias estão na Parcela A, na Parcela B e PDD.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo do exercício de 2020 dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento da presente informações contábeis intermediárias.

Considerando os impactos relacionados à queda da receita em função da retração do mercado consumidor e à redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência, a serem percebidos ao menos entre abril e dezembro de 2020, a Companhia permanece avaliando a necessidade de eventual pleito de recomposição para tais impactos, bem como acompanha, em paralelo, as discussões sobre a definição dessa regulação específica a ser estabelecida pela ANEEL após a citada Consulta Pública. Os eventuais impactos serão

Notas Explicativas

mensurados conforme o andamento da consulta pública e concluídos após a definição da metodologia pela ANEEL.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 09 de novembro de 2020.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);

Notas Explicativas

- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis, base negativa, prejuízo fiscal e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Natureza e efeito das mudanças: instrumentos financeiros – passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo (incluindo os efeitos das alterações no risco de crédito) no resultado (nota 16).

Novas normas e interpretações vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 48: Instr. Financeiros CPC 40: Instr. Financeiros – Evidenciação CPC 38: Instr. Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado

Notas Explicativas

ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	56.524	73.932
Aplicações financeiras	1.007.911	391
Título de crédito privado (a)	987.950	391
Fundos de investimento (b)	19.961	-
Total	<u>1.064.435</u>	<u>74.323</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 987.950 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2019), (ii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 357 em 31 de dezembro de 2019, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,61% do CDI (100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- b) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,72% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicação direta	754.303	-
Total	<u>754.303</u>	<u>-</u>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da SELIC.

Notas Explicativas**(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	296.672	152.599	23.227	472.498	490.319
Industrial	46.646	16.186	18.780	81.612	100.360
Comercial	76.766	18.810	16.346	111.923	161.200
Rural	46.205	12.576	12.875	71.655	91.471
Poder público	18.605	7.156	7.422	33.182	41.571
Iluminação pública	17.737	235	2.017	19.989	21.635
Serviço público	24.984	223	2	25.209	28.403
Faturado	527.615	207.785	80.669	816.068	934.959
Não faturado	399.663	-	-	399.663	392.699
Parcelamento de débito de consumidores	79.096	9.908	10.926	99.930	59.511
Operações realizadas na CCEE	23.166	-	-	23.166	5.972
Concessionárias, permissionárias e outros	22.658	-	-	22.658	25.095
	1.052.198	217.693	91.595	1.361.485	1.418.236
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(81.672)	(78.461)
Total				1.279.813	1.339.776
Não circulante					
Precatórios	59.154	-	-	59.154	64.227
Parcelamento de débito de consumidores	50.652	-	-	50.652	62.924
Total	109.806	-	-	109.806	127.151

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2019	(78.461)	(17.022)	(95.483)
Provisão revertida (constituída) liquida	(98.019)	106	(97.913)
Recuperação de receita	31.960	-	31.960
Baixa de contas a receber provisionadas	62.847	-	62.847
Saldo em 30/09/2020	(81.672)	(16.916)	(98.588)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2020	31/12/2019
Circulante		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	90	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.450	3.112
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.540	3.112
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	16.367	7.476
ICMS a compensar	65.938	62.311
Programa de integração social - PIS	644	582
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.971	2.688
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
Outros tributos a compensar	85.977	73.114
Total circulante	94.517	76.226
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	2.565
ICMS a compensar	85.993	83.531
Programa de integração social - PIS	810	801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.730	3.688
Outros	670	671
Outros tributos a compensar	91.204	88.691
Total não circulante	93.769	91.256

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Recebimento	Saldo em 30/09/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Conta covid	Diferido	Homologado
Parcela "A"	197.242	222.786	420.029	19.779	(211.952)	3.900	(172.641)	24.302	34.813	59.116
CVA (*)										
CDE (**)	7.837	57.727	65.564	54.941	(74.924)	2.012	(3.126)	(7.785)	52.252	44.467
Custos energia elétrica	(62.948)	130.676	67.728	(511.585)	(37.215)	(5.082)	99.537	(156.003)	(230.614)	(386.617)
ESS e EER (***)	(76.102)	(117.332)	(193.434)	(120.933)	158.645	(4.058)	351	(9.767)	(149.661)	(159.428)
Proinfa	-	5.838	5.838	(13.673)	(2.119)	(198)	(1.133)	(1.132)	(10.154)	(11.286)
Rede básica	46.823	(2.830)	43.993	91.989	(16.753)	1.441	(27.715)	38.545	54.410	92.955
Repasse de Itaipu	258.247	211.852	470.099	375.133	(291.179)	9.960	(149.926)	130.325	283.762	414.087
Transporte de Itaipu	9.303	7.833	17.136	13.869	(10.713)	323	(1.739)	8.652	10.224	18.877
Neutralidade dos encargos setoriais	24.232	(13.380)	10.852	27.351	11.844	(370)	(36.319)	9.002	4.356	13.358
Sobrecontratação	(10.150)	(57.598)	(67.747)	102.687	50.463	(129)	(52.571)	12.465	20.238	32.703
Outros componentes financeiros	(85.126)	5.878	(79.247)	(17.325)	(6.839)	(2.361)	(15.083)	(123.581)	2.725	(120.856)
Outros	(85.126)	5.878	(79.247)	(17.325)	(6.839)	(2.361)	(15.083)	(123.581)	2.725	(120.856)
Total	112.116	228.664	340.782	2.454	(218.791)	1.539	(187.724)	(99.279)	37.538	(61.741)
Ativo circulante			341.901							47.634
Passivo não circulante			(1.119)							(109.375)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Notas Explicativas

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Recebimento Conta COVID

Neste trimestre a Companhia recebeu da conta Covid o montante de R\$ 187.724 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a agosto de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	129.117	75.955
Benefício fiscal do intangível incorporado	42.158	43.746
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(118.280)</u>	<u>(14.909)</u>
Subtotal	52.995	104.791
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	360.145	210.492
Benefício fiscal do intangível incorporado	138.323	144.878
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(328.554)</u>	<u>(41.414)</u>
Subtotal	169.913	313.956
Total	<u>222.908</u>	<u>418.747</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

Notas Explicativas

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/09/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.428	48.410	18.333	50.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.346	25.961	9.071	25.196
Programas de P&D e eficiência energética	5.823	16.175	8.090	22.471
Provisão relacionada a pessoal	908	2.523	1.573	4.371
Marcação a Mercado- Derivativos	(6.041)	(16.781)	(4.420)	(12.278)
Marcação a Mercado- Dívidas	1.251	3.476	4.896	13.600
Derivativos	(97.465)	(270.737)	(13.188)	(36.633)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.222	6.172	2.457	6.826
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(61.597)	(171.104)	(55.454)	(154.040)
Perdas atuariais	(1.537)	(4.271)	(127)	(354)
Outros	223	624	1.006	2.794
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	15.681	43.559	15.681	43.559
Marcação a Mercado- Derivativos	(366)	(1.018)	(157)	(435)
Marcação a Mercado- Dívidas	(4.156)	(11.543)	(2.670)	(7.417)
Total	(118.280)	(328.554)	(14.909)	(41.414)

10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	CSLL			
	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	234.662	718.042	181.531	643.868
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	-	(1.173)	(1.247)	(2.291)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	9.438	32.465	9.813	37.004
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(264)	2.752	566	3.725
Base de cálculo	243.836	752.086	190.663	682.306
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(21.945)	(67.688)	(17.160)	(61.408)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	19.055	19.055	-	-
Total	(2.890)	(48.632)	(17.160)	(61.408)
Corrente	-	-	(4.055)	(29.016)
Diferido	(2.890)	(48.632)	(13.105)	(32.392)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Notas Explicativas

	IRPJ			
	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	234.662	718.042	181.531	643.868
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	11	33	11	33
Incentivos fiscais - PIIT(*)	-	(1.173)	(1.247)	(2.291)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	9.438	32.465	9.813	37.004
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	34	3.384	(166)	(1.585)
Base de Cálculo	244.145	752.751	189.942	677.029
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Crédito/(Débito) fiscal apurado	(61.036)	(188.188)	(47.486)	(169.257)
Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido	52.932	52.932	-	-
Provisão para riscos fiscais	-	-	(4.326)	(4.326)
Total	(8.104)	(135.256)	(51.811)	(173.583)
Corrente	-	-	(14.882)	(81.968)
Diferido	(8.104)	(135.256)	(36.929)	(91.615)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2019	3.801.382
Transferência - ativo contratual	416.103
Transferência - intangível em serviço	(567)
Ajuste ao valor justo	72.246
Baixas	(11.294)
Saldo em 30/09/2020	4.277.870

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No período de nove meses de 2020, o valor das baixas de R\$ 11.294 (R\$ 9.995 no período de nove meses de 2019) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 3.990 (R\$ 4.237 no período de nove meses de 2019) e à baixa do ativo de R\$ 7.304 (R\$ 5.758 no período de nove meses de 2019).

Notas Explicativas**(12) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos - fornecedores	198	33	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	8.200	68	69	461
Ordens em curso	77.984	54.133	-	-
Serviços prestados a terceiros	10.858	7.398	-	-
Despesas antecipadas	14.260	14.988	1.042	212
Contas a receber - CDE (*)	62.824	43.459	-	-
Adiantamentos a funcionários	10.845	5.607	-	-
Outros	49.646	33.927	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.916)	(17.022)	-	-
Total	217.900	142.591	1.111	672

(*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 8.405 (R\$ 5.407 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 54.196 (R\$ 38.052 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 223.

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2019	445.157
Adições	682.565
Transferência - intangível em serviço	(196.560)
Transferência - ativo financeiro	(416.103)
Saldo em 30/09/2020	515.058

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(14) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	<u>Direito de concessão</u>			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2019	410.081	2.215.499	3.331	2.628.911
Custo histórico	1.923.048	5.244.727	37.643	7.205.418
Amortização acumulada	(1.512.967)	(3.029.228)	(34.312)	(4.576.507)
Adições	-	-	405	405
Amortização	(39.074)	(251.206)	(567)	(290.847)
Transferência - ativo contratual	-	196.560	-	196.560
Transferência - ativo financeiro	-	567	-	567
Baixa e transferência - outros ativos	-	(17.025)	-	(17.025)
Saldo em 30/09/2020	371.006	2.144.396	3.168	2.518.570
Custo histórico	1.923.048	5.317.218	38.048	7.278.314
Amortização acumulada	(1.552.042)	(3.172.822)	(34.880)	(4.759.744)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	550	724
Suprimento de energia elétrica	485.254	585.071
Encargos de uso da rede elétrica	108.067	79.664
Materiais e serviços	108.369	118.442
Total	<u>702.239</u>	<u>783.901</u>
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	122.659	107.220
Encargos de uso da rede elétrica	46.934	41.026
Total	<u>169.594</u>	<u>148.247</u>

Notas Explicativas

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	57.451	-	(57.357)	1.205	-	(1.298)	-
Pós Fixado							
TJLP	38.075	-	(36.251)	1.384	-	(1.501)	1.707
IPCA	701.300	527.000	(48.529)	46.621	-	(30.236)	1.196.157
Selic	34.696	-	(35.257)	1.049	-	(488)	-
CDI	2.021	-	(2.047)	26	-	-	-
Outros	6.580	-	(6.580)	153	-	(153)	-
Total ao custo	840.122	527.000	(186.021)	50.437	-	(33.676)	1.197.864
Gastos com captação (*)	(15.652)	(7.451)	-	1.951	-	-	(21.152)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.165.647	928.777	(73.022)	53.350	736.471	(50.489)	2.760.734
Euro	455.023	-	-	3.625	212.264	(3.524)	667.388
Marcação a mercado	(138)	-	-	(47.354)	-	-	(47.492)
Total ao valor justo	1.620.532	928.777	(73.022)	9.621	948.735	(54.013)	3.380.630
Total	2.445.002	1.448.326	(259.043)	62.009	948.735	(87.688)	4.557.342
Circulante	242.854						1.994.419
Não circulante	2.202.148						2.562.923

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	-	56.337	2013 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	Pré fixado 5%		-	944	2013 a 2020	Fiança Bancária
FINAME	Pré fixado 10%		-	170	2015 a 2021	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			-	57.451		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%		-	35.599	2014 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP + 6%		1.707	2.476	2017 a 2022	Fiança Bancária
			1.707	38.075		
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	-	34.696	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
IPCA						
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%		1.196.157	701.300	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CDI						
Empréstimos bancários	CDI -1,25%		-	2.021	2020	Fiança da CPFL Energia
Outros						
Outros	RGR (6%)		-	6.580	2010 a 2023	Fianças bancárias, recebíveis e notas promissórias
Total moeda nacional			1.197.864	840.122		
Gastos com captação (*)			(21.152)	(15.652)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%	(b)	383.279	161.689	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,84% a 3,65%		2.377.455	1.003.958	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			2.760.734	1.165.647		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro de 0,79% + 0,80%		667.388	455.023	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(47.492)	(138)		
Total moeda estrangeira			3.380.630	1.620.532		
Total			4.557.342	2.445.002		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de setembro de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 47.492 (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2019), acrescidos dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.030 (R\$ 13.684 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total não realizado de R\$ 80.522 (R\$ 13.822 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2021	20.626
2022	426.373
2023	464.055
2024	479.786
2025	619.223
2026 a 2027	601.380
Subtotal	2.611.443
Marcação a mercado	(48.520)
Total	2.562.923

Adições no período:

Modalidade	Montantes liberados			Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Total aprovado	em 2020	Líquido dos gastos de captação						
Moeda Estrangeira									
Lei 4131	100.000	100.000	100.000	Semestral	Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%	CDI + 0,90%
Lei 4131	418.280	418.280	418.280	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
Lei 4131	185.000	185.000	185.000	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,87%	USD + Libor 3M + 0,87%	CDI + 0,83%
Lei 4131	225.497	225.497	225.497	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)	CDI + 0,85%
Moeda Nacional									
IPCA - BNDES	353.019	125.228	123.451	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
IPCA - BNDES	1.132.601	401.772	396.098	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
Total	2.414.396	1.455.777	1.448.326						

Pré-pagamento:

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 101.893 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até março de 2024.

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2020, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25; e,
- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA \leq 3,75 vezes.

Índices exigidos na demonstração financeira da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA Ajustado \leq 3,75 vezes; e,
- Dívida Líquida dividida pela (Dívida Líquida + PL) \leq 0,9 vezes.

Notas Explicativas

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2020
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	998.542	24.335	(26.374)	996.504
IPCA	145.901	8.008	(7.652)	146.256
Total ao custo	1.144.443	32.343	(34.026)	1.142.760
Gastos com captação (*)	(7.066)	1.201	-	(5.865)
Mensuradas ao valor justo				
Pós fixado				
IPCA	234.538	13.587	(13.306)	234.820
Marcação a mercado	24.873	(9.649)	-	15.224
Total ao valor justo	259.411	3.938	(13.306)	250.044
Total	1.396.788	37.482	(47.332)	1.386.940
Circulante	16.393			134.061
Não circulante	1.380.395			1.252.879

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/09/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	De 107% a 114,50% do CDI	(a)	996.504	998.542	2021 a 2023	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,3473%	(b)	146.256	145.901	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			1.142.760	1.144.443		
Gastos com captação (*)			(5.865)	(7.066)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b)	234.820	234.538	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			15.224	24.873		
Total mensuradas ao valor justo			250.044	259.411		
Total			1.386.940	1.396.788		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Taxa efetiva a. a.:

(a) De 107,84% a 109,75% do CDI | CDI + 0,88%

(b) IPCA de + 5,49% a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debentures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debentures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2020 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debentures foram de R\$ 15.224 (perdas R\$ 24.873 em 31 de dezembro de 2019), deduzido dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 38.164 (ganhos R\$ 37.171 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 22.940 (ganho total líquido de R\$ 12.298 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	121.768
2023	441.506
2024	558.335
2025	116.045
Subtotal	1.237.654
Marcação a mercado	15.224
Total	1.252.879

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada (“Fundação CEEE”), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

“Plano 1” (Plano Único da incorporada): Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

“Plano 2” (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Notas Explicativas

18.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	-	177.506
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(248)	11.183
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(5.635)	(4.665)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(42.872)	(70.055)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	47.658	47.724
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	1.097	-
Passivo atuarial líquido em 30/09/2020	<u>-</u>	<u>161.694</u>
Outras contribuições	-	1.185
Total passivo	<u>-</u>	<u>162.879</u>

Em março de 2020, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2019, especialmente relacionada aos impactos do isolamento social devido ao novo coronavírus (nota 1.1), o laudo atuarial foi atualizado para a data-base de 31 de março de 2020 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados, refletindo uma redução no montante de R\$ 17.701.

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2020</u>		<u>9 meses de 2019</u>	
	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Custo do serviço	(42)	1.436	138	1.965
Juros sobre obrigações atuariais	25.645	37.522	25.758	40.759
Rendimento esperado dos ativos do plano	(25.889)	(27.775)	(28.125)	(34.204)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	38	-	2.096	-
Total da despesa (receita)	<u>(248)</u>	<u>11.183</u>	<u>(133)</u>	<u>8.520</u>

Como decorrência da mudança do cenário macroeconômico, a estimativa de efeito para o resultado de 2020 também foi alterado (nota 1.1). A nova estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no restante do exercício de 2020 está apresentada a seguir:

	<u>Estimadas 4º</u>	
	<u>Trimestre 2020</u>	
	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Custo do serviço	18	437
Juros sobre obrigações atuariais	8.643	12.612
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.709)	(9.354)
Total da despesa (receita)	<u>(48)</u>	<u>3.695</u>

Notas Explicativas

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do laudo foram:

	(Plano 1 e 2)		
	31/03/2020	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,30% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,30% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,97% a.a.	5,97% a.a.	6,13% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	791	751
Conta de desenvolvimento energético - CDE	9.106	-
Bandeiras tarifárias e outros	70	58.336
Total	9.967	59.087

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") no primeiro trimestre de 2020.

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/2020	31/12/2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	18.416
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	9.036
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	27.452
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	65.800	80.498
Programa de integração social - PIS	25.815	9.715
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	119.425	44.929
PIS/COFINS parcelamento	2.783	9.323
Outros	14.055	12.539
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	227.878	157.004
Total	227.878	184.456

Notas Explicativas

Programa de integração social – PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS: A Companhia aderiu à prorrogação de vencimento do PIS e da COFINS, para as competências março, abril e maio de 2020, conforme Portarias do Governo Federal nº 139 e 254 de 2020, as quais estão sendo recolhidas a partir de agosto de 2020.

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	83.033	50.326	84.546	50.645
Cíveis	81.991	28.783	80.726	28.926
Fiscais	21.463	38.452	25.747	37.924
Regulatórios	3.044	-	12.656	-
Outros	369	-	369	-
Total	189.901	117.562	204.044	117.494

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2020
Trabalhistas	84.546	15.464	(5.332)	(18.138)	6.493	83.033
Cíveis	80.726	30.188	(11.635)	(29.474)	12.187	81.991
Fiscais	25.747	194	(557)	(4.372)	451	21.463
Regulatórios	12.656	-	-	(9.656)	44	3.044
Outros	369	-	-	-	-	369
Total	204.044	45.845	(17.525)	(61.639)	19.177	189.901

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estavam assim representadas:

	30/09/2020	31/12/2019	Principais causas
Trabalhistas	285.224	250.205	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	929.010	776.381	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.030.693	963.411	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	511.004	648.043	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	41.098	49.522	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.797.028	2.687.561	

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. Considerando a possibilidade de decisões conflitantes, e que é competência da Suprema Corte a decisão sobre matéria constitucional, o STF deferiu a suspensão dos processos que versem sobre a divergência no âmbito da Justiça do Trabalho. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	59.424	35.050	58.723	51.332
Programa de eficiência energética - PEE	127.237	74.630	-	42.683
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	60.813	34.856	6.260	35.016
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	7.323	15.905	-	-
Adiantamentos	1.231	945	243	210
Descontos tarifários - CDE	22.986	62.943	-	-
Folha de pagamento	2.046	2.626	-	-
Participação nos lucros	11.131	15.443	897	1.647
Convênios de arrecadação	28.692	29.605	-	-
Outros	6.639	6.214	35.078	35.584
Total	327.521	278.217	101.201	166.471

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

23.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 06 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2019 sem emissão de novas ações.

23.2 - Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 06 de abril de 2020 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 424.296 e (ii) dividendos intercalares de R\$ 168.500 declarado em agosto de 2019 e imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 (nota 22).

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2020		2019	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	223.668	534.154	112.560	408.878
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	1.125.427	1.125.427	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	198,74	474,62	100,02	363,31

Para os trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.242.636	3.725.773	1.172.743	3.554.409
Industrial	264.958	759.450	320.579	921.950
Comercial	375.066	1.252.158	434.229	1.391.541
Rural	156.080	603.083	148.116	531.526
Poderes públicos	59.019	195.821	75.132	220.266
Iluminação pública	61.785	180.147	66.564	181.065
Serviço público	77.052	245.771	83.763	234.875
Fornecimento faturado	2.236.595	6.962.202	2.301.126	7.035.632
Fornecimento não faturado (líquido)	25.654	(10.299)	10.865	(27.552)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.167.781)	(3.546.187)	(1.106.017)	(3.294.961)
Fornecimento de energia elétrica	1.094.468	3.405.716	1.205.974	3.713.119
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	113.368	375.786	116.000	439.083
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(19.090)	(60.962)	(23.719)	(76.401)
Energia elétrica de curto prazo	26.288	52.643	93.245	187.305
Suprimento de energia elétrica	120.566	367.467	185.526	549.987
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.186.871	3.607.149	1.129.736	3.371.363
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	290.241	787.017	245.539	668.286
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(5.853)	(38.819)	(13.322)	(44.532)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	236.930	699.565	227.690	602.402
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	22.522	(216.337)	55.442	60.731
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	34.557	68.256	9.657	84.296
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	144.578	515.566	178.361	556.128
Outras receitas e rendas	26.900	80.467	42.098	92.351
Outras receitas operacionais	1.936.746	5.502.865	1.875.201	5.391.025
Total da receita operacional bruta	3.151.780	9.276.047	3.266.701	9.654.130
Deduções da receita operacional				
ICMS	(661.769)	(2.017.750)	(665.150)	(1.985.989)
PIS	(47.236)	(140.094)	(49.763)	(148.026)
COFINS	(217.570)	(645.281)	(229.210)	(681.816)
ISS	(83)	(245)	(83)	(255)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(231.266)	(722.543)	(264.022)	(838.643)
Programa de P & D e eficiência energética	(16.998)	(49.935)	(17.509)	(52.799)
PROINFA	(8.713)	(28.185)	(10.793)	(29.062)
Bandeiras tarifárias e outros	13	58.224	(52.712)	(25.980)
Outros	(2.676)	(7.785)	(2.555)	(7.059)
	(1.186.297)	(3.553.593)	(1.291.797)	(3.769.630)
Receita operacional líquida	1.965.483	5.722.454	1.974.905	5.884.500

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Classe de consumidores				
Residencial	1.409	4.356	1.315	4.195
Industrial	372	1.068	458	1.397
Comercial	416	1.435	488	1.671
Rural	282	1.259	273	1.160
Poderes públicos	67	233	89	273
Iluminação pública	143	427	148	434
Serviço público	104	349	114	349
Fornecimento faturado	2.792	9.127	2.886	9.479
Consumo próprio	2	5	2	5
Fornecimento de energia elétrica	2.794	9.132	2.887	9.484
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	409	1.375	430	1.636
Energia elétrica de curto prazo	321	704	428	858
Suprimento de energia elétrica	730	2.080	859	2.494

Nº de consumidores	30/09/2020	30/09/2019
Classe de consumidores		
Residencial	2.482.984	2.440.603
Industrial	19.732	20.093
Comercial	175.454	178.679
Rural	249.699	248.795
Poderes públicos	21.880	21.065
Iluminação pública	485	443
Serviço público	3.579	3.509
Consumo Próprio	226	226
Total	2.954.039	2.913.413

25.1 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,68% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a percebido pelos consumidores foi de 6,09%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.557/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional nesse período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento da cotas mensal da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020.

A recomposição financeira ao fundo setorial por parte da Companhia está ocorrendo em 5 (cinco) parcelas iguais e mensais desde a competência de agosto de 2020, corrigidas pela SELIC.

Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a

Notas Explicativas

partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%.

25.2 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

Os detalhes referentes ao aporte CDE estão divulgados na nota 24.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

No período de nove meses findos em 30 de setembro 2020, foi registrada receita de R\$ 515.566 (R\$ 556.128 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019), sendo (i) R\$ 55.893 (R\$ 21.044 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 428.470 (R\$ 452.035 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019) referentes descontos tarifários e (iii) R\$ 231 (R\$ 255 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 30.972 (R\$ 82.794 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019) de subvenção CCRBT.

25.3 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

Os detalhes referentes a CDE estão divulgados na nota 24.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	319.986	931.203	233.313	657.909
PROINFA	22.881	66.388	27.913	87.397
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	590.407	1.960.615	833.873	2.540.361
Crédito de PIS e COFINS	(83.971)	(261.636)	(99.464)	(278.388)
Subtotal	849.303	2.696.570	995.636	3.007.278
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	204.494	506.903	157.214	445.019
Encargos de transporte de Itaipu	28.839	74.205	23.004	65.906
Encargos de conexão	29.579	76.242	23.292	82.764
Encargos de uso do sistema de distribuição	458	1.384	997	998
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	5.079	(58.088)	(2.107)	(12.449)
Encargos de energia de reserva - EER	26.547	65.314	9.505	39.407
Crédito de PIS e COFINS	(27.287)	(61.599)	(19.601)	(57.502)
Subtotal	267.709	604.360	192.303	564.143
Total	1.117.012	3.300.930	1.187.939	3.571.421

Notas Explicativas

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
<u>Energia comprada para revenda - GWh</u>				
Energia de Itaipu Binacional	876	2.599	862	2.579
PROINFA	91	255	91	261
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.134	10.161	3.339	10.914
Total	4.102	13.016	4.291	13.754

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	44.916	44.892	-	-	19.999	19.295	15.090	15.613	-	-	80.005	79.800
Entidade de previdência privada	3.648	3.375	-	-	-	-	-	-	-	-	3.648	3.375
Material	10.264	15.254	62	66	5.293	2.011	816	1.018	-	-	16.435	18.349
Serviços de terceiros	33.356	29.939	99	125	10.060	9.347	19.300	26.564	-	-	62.815	65.975
Custos com construção da infraestrutura	-	-	236.930	227.690	-	-	-	-	-	-	236.930	227.690
Outros	5.702	3.017	-	-	7.287	8.044	25.192	38.200	16.333	22.376	54.512	71.635
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.139	7.860	-	-	-	-	7.139	7.860
Arrendamentos e aluguéis	5.376	2.686	-	-	-	-	2.380	2.019	-	-	7.756	4.705
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	738	1.176	-	-	738	1.176
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	20.426	34.110	-	-	20.426	34.110
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	155	217	-	-	155	217
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	15.916	21.927	15.916	21.927
Outros	326	331	-	-	148	184	1.493	678	417	449	2.382	1.640
Total	97.886	96.477	237.091	227.880	42.638	38.696	60.398	81.395	16.333	22.376	454.346	466.824

	9 meses											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	132.609	135.881	-	-	59.507	58.529	46.459	44.734	-	-	238.575	239.144
Entidade de previdência privada	10.935	8.387	-	-	-	-	-	-	-	-	10.935	8.387
Material	35.227	43.653	194	114	12.567	5.683	2.299	1.288	-	-	50.287	50.738
Serviços de terceiros	98.421	80.056	328	224	28.445	29.922	63.756	85.293	-	-	190.950	195.495
Custos com construção da infraestrutura	-	-	699.565	602.402	-	-	-	-	-	-	699.565	602.402
Outros	16.893	9.281	-	-	22.278	23.737	57.672	71.693	56.967	55.015	153.808	159.725
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	21.810	23.186	-	-	-	-	21.810	23.186
Arrendamentos e aluguéis	15.925	8.529	-	-	-	-	7.574	5.941	-	-	23.499	14.470
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	3.582	3.522	-	-	3.582	3.522
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	41.230	58.960	-	-	41.230	58.960
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.860	651	-	-	1.860	651
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	55.606	53.732	55.606	53.732
Outros	968	752	-	-	468	551	3.426	2.619	1.361	1.283	6.221	5.205
Total	294.085	277.258	700.086	602.740	122.797	117.871	170.186	203.008	56.966	55.014	1.344.120	1.255.891

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	9.458	24.478	4.472	15.519
Acréscimos e multas moratórias	22.015	69.779	26.088	71.831
Atualização de créditos fiscais	505	1.107	1.985	2.882
Atualização de depósitos judiciais	438	1.930	1.044	3.297
Atualizações monetárias e cambiais	(7.281)	84.082	6.394	17.039
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	908	2.662	458	1.409
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	529	1.539	10.107	24.366
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.314)	(6.877)	(2.548)	(8.503)
Outros	3.379	8.545	3.773	10.904
Total	27.639	187.246	51.774	138.746
Despesas				
Encargos de dívidas	(50.567)	(143.229)	(46.530)	(137.857)
Atualizações monetárias e cambiais	(17.034)	(34.415)	(14.185)	(66.214)
(-) Juros capitalizados	3.364	9.521	3.267	8.152
Outros	(13.181)	(22.959)	(22.365)	(32.806)
Total	(77.418)	(191.083)	(79.813)	(228.725)
Resultado financeiro	(49.779)	(3.837)	(28.040)	(89.979)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos de ganhos líquidos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 990.184 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (R\$ 140.448 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) (nota 31).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 28 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 3.849 (R\$ 4.072 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019). Este valor é composto por R\$ 3.697 (R\$ 3.957 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 152 (R\$ 115 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/09/2020	31/12/2019	9 meses 2020	9 meses 2019
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	50	1.060	58.049	39.066

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	9 meses 2020	9 meses 2019	9 meses 2020	9 meses 2019
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	264	267	1.918	1.698	-	-	15.973	13.051
Companhia Piratininga de Força e Luz	117	135	1.522	1.406	-	-	12.292	11.871
Companhia Jaguarí de Energia	57	42	100	59	-	-	383	221
CPFL Energia S.A.	14	12	-	-	-	-	(111)	(119)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	22	-	1	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	11	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	61	46	-	-	15	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	89	73
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	19
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	377.670	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	46.626	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	2	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	17	17	-	-	2	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	2	104	6.814	2.497	-	-	1.775	787
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.948	1.598	-	-	14.508	15.265
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	510	890	-	-	4.739	17.762
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	279	394	-	-	3.977	116
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	588	-	-	-	9.993
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	-	-	438	494	-	-	4.373	-
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	-	362	342	-	-	3.208	-
Nect Ser Adm Sup Log Ltda (*)	-	-	492	435	-	-	4.412	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	19	19	-	-	221	348
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	8	-	-	68	66
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	74	102	-	-	1.926	2.992
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	97	101	-	-	735	671
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	250	276	-	-	1.881	1.827
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.138	2.479	-	-	28.569	18.729
CPFL Renováveis - Consolidado	9	-	175	152	82	70	3.040	2.089
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	42	44
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	49	40
Outras operações financeiras								
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	1.860	847

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 50.793 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 (R\$ 14.761 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota nº 30 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de

Notas Explicativas

decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/09/2020	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.064.435	1.064.435
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	754.303	754.303
Derivativos	31	(a)	Nível 2	1.154.243	1.154.243
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.277.870	4.277.870
Total				7.250.851	7.250.851
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.176.710	1.176.710
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.380.632	3.380.632
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.136.896	1.108.039
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	250.044	250.044
Total				5.944.282	5.915.425

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 57.003 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 (uma perda de R\$ 44.170 nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Notas Explicativas

Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses de 2020, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi ganho de R\$ 72.246 (ganho de R\$ 88.563 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Notas Explicativas

Estratégia	Valores de mercado			Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	879.850	879.850	845.839	34.012	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%) ou (1,84% a 3,65%) Euro + de 0,79 a 0,80%	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,8% a 0,90% 103,5% a 105,8% do CDI	mai/19 a fev/25	1.911.551
Empréstimos bancários - Lei 4.131	221.694	221.694	222.676	(982)				
	1.101.544	1.101.544	1.068.514	33.030				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	52.699	52.699	14.535	38.164	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	219.600
Total	1.154.243	1.154.243	1.083.049	71.194				
Circulante	635.732							
Não circulante	518.511							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em	Atualização monetária e	Liquidação	Saldo em
	31/12/2019	cambial e marcação a mercado		30/09/2020
Para dívidas designadas a valor justo	146.636	972.174	(35.761)	1.083.049
Marcação a mercado (*)	50.854	20.340	-	71.194
Total	197.490	992.514	(35.761)	1.154.243

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 20.340 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2020		2019		2020		2019	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	4.544	8.349	601	4.815	-	-	-	-
Marcação a mercado	(3.941)	(1.339)	5.323	21.173	(1.488)	2.332	191	846
Varição cambial	163.627	963.825	94.722	68.036	-	-	-	-
Marcação a mercado	(23.046)	19.348	5.208	46.423	-	(2)	(43)	(117)
Total	141.185	990.184	105.854	140.448	(1.488)	2.330	148	729

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Notas Explicativas

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.723.117)		(30.221)	658.114	1.346.448
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.822.751		31.327	(682.193)	(1.395.712)
	99.634	baixa dolar	1.106	(24.079)	(49.264)
Instrumentos financeiros passivos	(657.513)		(12.547)	154.968	322.483
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	666.947		12.727	(157.191)	(327.110)
	9.434	baixa euro	180	(2.223)	(4.627)
Total	109.068		1.286	(26.302)	(53.891)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			354	(6.018)	(12.391)
Efeitos no resultado do período			932	(20.284)	(41.500)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2020 foi de R\$ 5,64 para o dólar e R\$ 6,61 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,70 e R\$ 6,74 e a depreciação cambial de 1,11% e 1,91%, do dólar e

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros

Notas Explicativas

variáveis em 30 de setembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.016.181				29.266	36.583	43.899
Instrumentos financeiros passivos	(996.504)				(28.699)	(35.874)	(43.049)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.606.536)				(75.068)	(93.835)	(112.602)
	(2.586.859)	alta CDI	3,56%	2,88%	(74.501)	(93.126)	(111.752)
Instrumentos financeiros passivos	(1.707)				(78)	(97)	(117)
	(1.707)	alta TJLP	5,13%	4,55%	(78)	(97)	(117)
Instrumentos financeiros passivos	(1.592.458)				(66.405)	(49.804)	(33.203)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	271.081				11.304	8.478	5.652
Ativo financeiro da concessão	4.277.870				178.387	133.790	89.194
	2.956.493	baixa IPCA	3,14%	4,17%	123.286	92.464	61.643
Ativos e passivos financeiros setoriais	(61.741)				(1.778)	(1.334)	(889)
Instrumentos financeiros ativos	754.303				21.724	16.293	10.862
	692.562	baixa SELIC	3,56%	2,88%	19.946	14.959	9.973
Total	1.060.489				68.653	14.200	(40.253)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					994	805	615
Efeitos no resultado do período					67.659	13.395	(40.868)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 25.308.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos meses. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora efetuado o cálculo considerando os saldos vencidos conforme o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros

Notas Explicativas

regulatórios (*aging*), divididos pela receita e descontados do fator de eficiência de corte de energia. Os parâmetros regulatórios são classificados como segue:

Classe de consumo	Aging
Residencial	90
Comercial e outras receitas	180
Industrial, rural, poder público em geral	360

Após apuração do valor conforme o critério regulatório acima apresentado, o mesmo foi dividido pela receita total faturada da competência relacionada ao aging de cada classe de consumo e então deduzido o percentual de eficiência média dos cortes de energia. O percentual de eficiência foi calculado baseando-se em dados históricos da Companhia, e mostra que há um ganho de eficiência no recebimento dos valores em atraso quando existe a possibilidade de corte de energia, o que, por determinações regulatórias, foram proibidos até 31 de julho de 2020.

Para o 3º trimestre de 2020, considerando o retorno dos cortes, a Companhia revisou o critério do componente de eficiência de corte no cálculo da PDD e reavaliou a estimativa utilizada no 2º trimestre de 2020.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default - EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default - LGD*").

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de nove meses de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de rating de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o período de 2020 e exercício de 2019 que os

Notas Explicativas

ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía um valor de R\$ 9.521 (R\$ 8.152 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower - 13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

São Leopoldo - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 09 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2020.

São Leopoldo, 09 de novembro de 2020

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de setembro de 2020.

São Leopoldo, 09 de novembro de 2020

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade